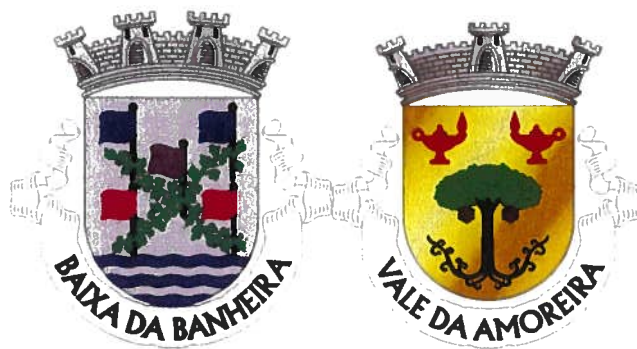




Minuta da Ata da Assembleia Ordinária de
Freguesias da União de Freguesias da Baixa da
Banheira e do Vale da Amoreira

Concelho da Moita

28 de Abril de 2022

Minuta da Ata n.º5

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Abril de dois mil e vinte e dois, no Vale da Amoreira, no Salão da Junta de da Freguesia do Vale da Amoreira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação e Votação das Atas n.º2, 3 e 4
- 2 – Apreciação e Discussão e Votação do Regimento da Assembleia
- 3 – Apreciação e Votação do Inventário
- 4 – Apreciação e Votação do Relatório de Contas de 2021
- 5 – Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental
- 6 – Discussão e Votação da Proposta de Taxas e Tarifas para 2022

7 – Informação da Senhora Presidente das Atividades da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1, Artigo 17.º da Lei n.º5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º2 do Artigo 9.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro

Houve um pedido de substituição, nomeadamente, na bancada do PS, em que Patrícia Pires foi substituída por Ana Paula Silva.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Doutor Paulo Alfama, deu início à sessão, informando sobre as renúncias de Sérgio Marques e Márcio Dias do CHEGA ao mandato 2021/2025 e a nota por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros sobre o empréstimo de viatura à União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros em 2013/2014.

O Presidente da Mesa interpelou o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, sendo que ninguém manifestou tal intenção.

Foram entregues, à Mesa da Assembleia, duas moções do PS, “Saudação ao 1.º de Maio”, apresentada por Carlos Cardoso e aprovada por unanimidade, e “Pelos valores de Abril!”, apresentada por Rodrigo Nascimento e aprovada com 18 votos a favor e uma abstenção, e uma moção da bancada da CDU, “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o

poder local democrático”, apresentada por Rogério Santos e aprovada com 10 votos a favor e 9 abstenções.

Houve intervenções de João Tita Maurício, Nuno Cavaco, Rodrigo Nascimento e Emílio Brazão e declarações de voto das bancadas da MM, do PS e da CDU.

Houve um pedido de voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor António Presumido, por parte da bancada da CDU, posteriormente aprovado por unanimidade.

Deu-se, então, início à Ordem de Trabalhos, passando-se à votação das atas n.º2, 3 e 4, todas aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto, Apreciação e Discussão e Votação do Regimento da Assembleia, o documento foi aprovado por unanimidade.

Passando ao terceiro ponto, Apreciação e Votação do Inventário, após esclarecimento da Senhora Presidente de Junta, Bárbara Dias, o documento foi aprovado por unanimidade.

O Presidente de Mesa, Dr. Paulo Alfama, passa para o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, Discussão e Votação do Relatório de Contas de 2021, concedendo a palavra ao Tesoureiro do Executivo, senhor Luís Cerqueira.

Este apresenta o Relatório de Gestão, que espelha a atividade financeira desenvolvida, documento esse a que toda a Assembleia de Freguesia teve acesso.

Esta é uma prestação de contas única de 1 de janeiro a 31 de dezembro, em que apenas a responsabilidade é partilhada e o período de cada executivo com a relação nominal dos responsáveis esta relatado.

O senhor Luís Cerqueira afirma que o Tribunal de Conta permite esta forma de apresentar o Relatório, ao abrigo da sua Resolução 2/2021, citando o seu artigo 20.º.

De seguida, é explicado à Assembleia da União de Freguesias que o pedido para existir apenas um relatório foi feito, ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos. Tendo em conta que o Tribunal não respondeu ao primeiro pedido, foi feito outro pedido, que ainda aguarda resposta.

No que concerne ao detalhe de cada uma das rubricas do Relatório de Gestão, o senhor Luís Cerqueira passa a palavra à Tesoureira Especialista, a senhora Paula Batalha.

A mesma procede à caracterização de cada ponto.

Concluída a sua intervenção, o Presidente de Mesa interpela o público com o intuito de se iniciar a discussão do Relatório de Contas de 2021.

A primeira intervenção é feita pela bancada da CDU, na voz do senhor Nuno Cavaco. O mesmo pede ao Executivo a resposta dada pelo Tribunal de Contas, para que se possa, de forma mais clara, discutir o Relatório, uma vez que há várias interpretações dúbias. Afirmar que existem autarquias que pediram para fazerem a prestação de contas em conjunto, que viram o pedido negado, e outras que o Tribunal aceitou.

Refere também que, através de uma interpretação literal da Resolução citada, o Executivo teria quarenta e cinco dias para prestar as contas do Executivo cessante e, quando há substituição do Presidente, deve existir uma separação das contas. A interpretação da CDU do artigo 20.º da Resolução 2/2021 é de que estas situações têm de ser bem fundamentadas, dada a variedade de respostas do Tribunal de Conta.

Posteriormente, o Presidente de Mesa passa a palavra ao senhor João Tita Maurício.

Este começa por referir que partilha da mesma opinião da bancada da CDU, quando esta afirma que as Juntas são uma conquista de Abril. Posto isto, afirma que o Relatório de Contas apresentado é demasiado objetivo, no sentido em que, por exemplo, alguém que faça uma análise “a frio” do documento, vê os valores gastos em ordenados, mas não conseguem perceber de que forma estes se reproduzem em serviço. Isto para que se possa dizer: “Nós gastámos mais, mas fizemos estes serviços.”.

Refere ainda que 69% da receita que a União das Juntas de Freguesia tem à sua disposição são para remunerações dos titulares, como membros da Assembleia, Pessoal da Junta e material.

Pede para que se analise as receitas das taxas, ponto que iria ser discutido adiante, e que o documento seja mais explícito sobre as suas atividades.

Em seguida, o Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Luís Cerqueira.

O mesmo volta a referir que contactaram o Tribunal de Contas duas vezes e que este nunca respondeu, tal como aconteceu em outras freguesias. O pedido foi feito com a ajuda/apoio da ANAFRE.

O Executivo, perante o silêncio do Tribunal, interpretou-o como um consentimento tácito e, por isso, apresentou um relatório único, até porque a lei o permite, como já tinha sido referido anteriormente.

No Relatório de Contas, estão referidos os períodos de atividade de cada executivo, restando apenas esperar pela aprovação, ou não, do Tribunal de Contas. Se existir alguma ilegalidade, o mesmo pronunciar-se-á.

Respondeu ainda à intervenção do senhor João Tita Maurício, afirmando que no Relatório de Atividades se encontra todo o trabalho feito e que houve uma tentativa de otimizar as receitas a longo prazo.

O senhor Nuno Cavaco volta a intervir, para informar que não poderá votar a favor deste relatório, fazendo uma questão relativa à situação da Junta estar a receber dinheiro da Câmara para exercer competências da Câmara Municipal e não estar habilitada para isso, já que o protocolo teria caducado.

O Executivo, na palavra do senhor Luís Cerqueira, responde que as taxas que vão ser discutidas à posteriori são as mesmas do ano anterior. No que diz respeito à decisão do Tribunal de Contas e o documento relativo à Atividade/Mapa de Execução Orçamental, ambos estão incluídos no relatório a ser enviado para o Tribunal. Ainda que o relatório seja conjunto, os dois períodos de atividade estão separados, para que o Tribunal de Contas perceba. De seguida, a Presidente de Junta da União de Freguesias, Bárbara Dias, acrescenta que o protocolo de descentralização de competências foi prorrogado apenas porque não foi necessário celebrar um novo protocolo. Conclui, afirmando que, sendo assim, não há problema em relação ao mesmo.

Posto isto, o Relatório de Contas foi aprovado com 9 votos a favor, 2 abstenções e 8 votos contra.

Declaração de Voto do senhor Nuno Cavaco: “Não votamos contra as contas, votamos contra a forma de fazer as contas e como as mesmas são apresentadas.”

No quinto ponto, Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental, após intervenções de Rogério Santos, Miguel Jorge e Nuno Cavaco e esclarecimentos do Senhor Tesoureiro do Executivo e da Senhora Presidente de Junta, houve aprovação com 11 votos a favor e 8 contra.

No sexto ponto, Discussão e Votação da Proposta de Taxas e Tarifas para 2022, após intervenções de João Tita Maurício e Jorge Silva, o documento por aprovado por unanimidade.

Por fim, o sétimo e último ponto da Ordem de Trabalhos, foi apresentado pela Senhora Presidente de Junta sobre a realização das Atividades da Freguesia, com intervenções de Nuno Cavaco, Rogério Santos Jorge Silva e João Tita Maurício e esclarecimentos da Senhora Presidente de Junta e de Abílio Marcos, membro do Executivo.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 2 horas e 9 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.ª Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfredo Alfama Santos

1.ª Secretária:

Mariana Sofia Marques Pinote